

Mário de Azevedo Gomes

mestre
companheiro
cidadão

JULGO-ME no direito de afirmar que conheci bem Mário de Azevedo Gomes, pelo menos tão bem quanto me permitiu o convívio assíduo que com ele mantive durante quase 40 anos, ao longo dos quais não me faltaram oportunidades para observar e tentar compreender a sua complexa e cativante personalidade.

No decorrer do tempo foram de índole diversa as nossas relações.

Corresponderam as primeiras às que normalmente se estabelecem entre um professor que deseja e sabe ensinar e um estudante que pretende aprender e algum esforço faz para o conseguir.

No meu curso de agronomia, frequentei duas disciplinas regidas por Azevedo Gomes: *Botânica* (1.º ano) e *Silvicultura* (4.º ano). Além destas, mas noutras oportunidades, teve ele a seu cargo mais as seguintes disciplinas: *Biologia Geral*, logo no início da sua vida docente; *Patologia Vegetal*, muito temporariamente; *Economia Florestal*, no curto intervalo de tempo entre a aposentação do seu titular e a nomeação do sucessor; *Agricultura Comparada*, entre o falecimento prematuro do prof. E. A. Lima Basto, em 1943, e a demissão imposta a Azevedo Gomes em 1946 nas circunstâncias que adiante referirei.

Voltemos, porém, ao que se passou nos meus já bem longínquos tempos escolares (1923-1928). Logo à saída dos liceus, os alunos deparavam com um professor que, ao invés de tantos outros, lhes demonstrava à evidência que o ensino universitário deve e pode ser algo de muito diferente do ensino secundário. Mais tarde, no penúltimo ano do curso, voltavam a enfrentar o mesmo Mestre, mas agora já não a versar matéria propedêutica, meramente introdutória, mas sim a expor-lhes um tema de índole técnica, a cultura e a exploração das matas, que sempre foi o preferido do profissional Azevedo Gomes a quem os respectivos estudo e ensino tão justa fama trouxeram entre os especialistas. Em ambas as disciplinas, mas principalmente na segunda, os estudantes encontravam um docente simultaneamente afável e austero, capaz de cordialidade e até de afeição mas de certo modo retraído e por isso adverso à familiaridade, competente, estudioso, apto como poucos às sínteses originais, profundamente

sério, autor de exposições orais e escritas em que a perfeição da forma se aliava à profundidade e ao rigor da substância.

Qual dos seus antigos alunos não recordará com saudade as famosas excursões anuais dos quartanistas ao Parque da Pena, esse notabilíssimo conjunto florestal, que o Mestre conhecia palmo a palmo, parcela por parcela, povoamento por povoamento, *árvore por árvore*, excursões durante as quais, em três ou quatro dias, quase sem dar por isso, tanto se aprendia que perdurava para o resto da vida profissional? Qual não lembrará, com emoção, aqueles dias de contacto permanente com o professor em que, de manhã à noite, *sempre a pé*, se estabelecia uma convivência caracterizada por mútua simpatia: acolhedora e estimulante da parte de quem ensinava, cordialmente respeitosa da parte de quem desejava aprender?

*

De aluno, após um quinto ano em que não tivemos contactos, passei à situação de colaborador oficial de Azevedo Gomes, abrindo-se deste modo nova fase nas nossas relações, tão inesquecível como a anterior e porventura ainda mais proveitosa do que ela.

Com efeito, tendo terminado em 1930 o curso de engenheiro-agrônomo, após a defesa de um «relatório final» em que o professor Mário de Azevedo Gomes foi um dos arguentes, ingressei como estagiário na Secção de Estudos Económicos da antiga Estação Agrária Central, das quais ele era à data, respectivamente, Chefe e Director. Meses depois, dado por findo o período de estágio, fui nomeado Adjunto do Chefe da referida Secção, passando assim a ser, entre o grupo de técnicos ao serviço desta, o colaborador mais directo e mais próximo do respectivo Chefe.

Os cinco anos durante os quais desempenhei este cargo vejo-os, retrospectivamente, como um período de contacto intenso com um colega eminente e antigo professor, que já então tanto admirava, de frequente trabalho em comum e de frutuosa iniciação no estudo dos problemas económicos da agricultura, a que viria a dedicar a minha carreira profissional. Embora Azevedo Gomes nunca tivesse sido nem pretendido ser um economista profissional (revelava mesmo relutância em aceitar certas teorizações da ciência económica que lhe pareciam demasiadamente abstratas, e perturbava-o o tecnicismo da linguagem de muitos economistas, a raiar pelo hermetismo), a verdade é que conhecia profunda e objectivamente muitos dos mais típicos problemas da agricultura portuguesa de então, como o revelou por exemplo o seu tão claro e documentado opúsculo «A Situação Económica da Agricultura Portuguesa», publicado em 1919, e tinha a respeito das possíveis soluções de tais problemas ideias precisas e opiniões fundamentadas. A sua presença na «Comissão de Pautas», como vogal geralmente incumbido de relatar as questões de interesse agrícola, proporcionava-lhe ensejos frequentes de se debruçar sobre assuntos fundamentalmente económicos. Por estes motivos, iniciar-se no

domínio dos estudos económicos sob sua orientação mostrava-se proveitoso para quem o fizesse — e foi este o meu caso — com o duplo propósito de conhecer de perto as realidades e adquirir experiência profissional.

Diversas podem ser as maneiras de encarar os estudos económicos, mas nenhuma é mais válida do que aquela que confira primazia ao conceito de que as ciências sociais não foram criadas apenas para compreender o homem vivendo em sociedade, *mas também para o servir*, isto é, para o ajudar a resolver os seus problemas. Azevedo Gomes perfilhava esta orientação humanística, afinal muito mais científica do que pensam certos economistas amantes da abstracção, e dirigia as investigações da Secção que chefiava no sentido de serem abordadas primordialmente as questões cuja resolução pode ser encaminhada de forma a que fiquem mais impregnadas de justiça as relações sociais em que participam agricultores e trabalhadores agrícolas.

Já que tive ensejo, ao evocar os nossos contactos, de referir facetas da vida de Azevedo Gomes como funcionário técnico, dirigente de serviços oficiais, seja-me permitido deixar aqui relembro ter ele exercido também, antes de nos conhecermos, o cargo de Director-Geral de Ensino e Fomento no Ministério da Agricultura. Na opinião de muitos que então o acompanharam ou puderam observá-lo a trabalhar, fê-lo com dignidade, superior inteligência, grande competência e zelo acima do usual. O problema das relações orgânicas, *institucionalizadas*, entre o ensino universitário e a investigação científica, tão candente ontem como hoje, e talvez agora mais distanciado do que outrora de uma solução cabal, foi um dos que mais o preocuparam e a que consagrou mais atenção. Pertence-lhe a paternidade da concepção de uma Estação Agrária Central estreitamente vinculada ao ensino superior agro-florestal, isto é, de uma cooperação permanente, institucionalizada repito, entre ensino e investigação —, concepção essa posta de parte em 1936 e, desde então, sempre oficialmente recusada. São dele as palavras seguintes sobre as quais, a meu ver, seria altamente benéfico que meditassem os responsáveis pelas decisões de que depende tão indispensável articulação de serviços públicos: «A Estação Agrária Nacional, de que fui último Director, organizou o seu trabalho na base de uma colaboração estreita com o Instituto Superior de Agronomia; chamou para as suas secções os seus professores mais representativos. Com que intuito o fez? O de servir, a um tempo, um e outro dos estabelecimentos: ao professor a Estação serviria — como serviu — para campo de adestramento e objectivação do seu ensino; à Estação o professor serviria — como serviu —, num país pobre de especialistas, para garantia do tratamento condigno da especialidade. O que vejo e sinto é que, da adopção duma orgânica no género referido, reajustada que fosse às circunstâncias, só poderiam resultar vantagens para o ensino e assim para a investigação agronómica em Portugal.» (1) E são de seu

filho, professor António Manuel de Azevedo Gomes, seu digno sucessor na regência da cadeira de Silvicultura, as afirmações seguintes, complementares das anteriores: «... fico-me em crer que seria certamente bem distinta da actual a projecção da nossa Escola frente ao meio agrário e industrial correlacionado, se acaso tem vencido a tese por que tanto combateu e sofreu, estou em dizê-lo, de que se não fechassem aos seus docentes os edifícios de investigação do sector e se lhes não cerceassem as possibilidades de uma efectiva contribuição para a extensão, daquela complementar.» (2).

*

Extinta em 1936 a Estação Agrária Central, interrompida ficou a minha colaboração com Azevedo Gomes ao nível profissional, até que, em 1939, sendo Ministro da Educação o professor Carneiro Pacheco, ingressei no corpo docente do Instituto Superior de Agronomia como professor auxiliar. Em 1945, após convite do Conselho Escolar fundamentado em proposta apresetnada exactamente por Azevedo Gomes, passei a professor catedrático; tornámo-nos assim colegas, «primus inter-pares».

Todavia, esta para mim tão lisongeira posição poucos meses durou. Ainda no próprio ano de 1945, encerrada a memorável campanha política do M.U.D., em que Azevedo Gomes se empenhou a fundo, enfrentando discordâncias de colegas, amigos e familiares, sacrificando a sua tranquilidade e as suas comodidades, arriscando conscientemente tudo o que tinha a perder, era-lhe mandado instaurar, pelo Ministro professor Caeiro da Mata, um processo disciplinar de que veio a resultar, já em 1946, a sua demissão pura e simples, mau grado a solidariedade unânime que recebeu dos seus colegas de ensino e a eloquente e nobilíssima defesa que apresentou e foi, mais tarde, publicada juntamente com a de outro grande professor universitário também atingido pela dura decisão ministerial: Bento de Jesus Caraça.

Porque vem a propósito, e como prova do elevado apreço em que Azevedo Gomes era tido pelos seus pares, transcreverei um curto mas bem expressivo trecho da moção votada pelo Conselho Escolar do Instituto Superior de Agronomia e levada ao conhecimento do Ministro da Educação Nacional por uma delegação de que fiz parte: «O professor Mário de Azevedo Gomes é um português de nobre carácter, um técnico competente e probo, um intelectual de forte envergadura e um educador de rara vocação.»

Igualmente por vir a propósito, seja-me permitida esta nota muito pessoal: se aquela demissão — que, associada a várias outras da época, tão gravemente feriu as Universidades Portuguesas — acaso não tivesse ocorrido, nem por isso se teria prolongado muito mais a nossa presença simultânea no corpo docente do Instituto Superior de Agronomia; na verdade, desta vez por decisão de outro professor universitário, o então Ministro da Educação Nacional professor Fernando Pires de Lima, coube-me a vez de ser afastado da cátedra, simultaneamente com

Branquinho de Oliveira, por se considerar que não havíamos dado «garantias de colaborar na realização dos fins superiores do Estado.» (*)

Do curto tempo dos meus encontros com Azevedo Gomes em sessões do Conselho Escolar, apraz-me recordar a maneira como ele quase sempre conseguia impor a sua maneira de ver sobre o problema em debate, devido não apenas ao seu prestígio, que era imenso, particularmente junto dos colegas que haviam sido seus alunos, mas também à força persuasiva da sua argumentação, em que o conhecimento da matéria e a sinceridade patente se aliavam à lógica do raciocínio, à perfeição do discurso e ao calor humano. Dava-se até com ele um facto curioso, por invulgar: sempre que era intensa a convicção da justiça que lhe assistia e deparava com discordâncias que não podia entender, o seu tom tornava-se mais vibrante, subindo por vezes ao nível da ira, mas nem por isso a emoção que dele visivelmente se apoderava impedia que o raciocínio continuasse límpido e os argumentos conservassem coerência.

Quando Azevedo Gomes, a coberto de uma amnistia, regressou às suas funções docentes, encontrava-me eu a menos de metade do decénio de interrupção das minhas e quando voltei à Tapada da Ajuda, em regime de contrato autorizado pelo Ministro professor F. Leite Pinto, já o velho Mestre estava aposentado por ter atingido o limite de idade. Por esta razão, não voltaram a reatar-se desde 1945 os nossos contactos de natureza oficial. Não significou isto, todavia, que as nossas relações tivessem cessado, mas sim que passaram a ter cunho exclusivamente pessoal, que ficaram situadas sòmente no campo da *amizade*, reforçada esta como sempre foi pelas afinidades cívicas e ideológicas.

*

Creio poder dizer que esta duradoura amizade nasceu e logo se firmou durante o período a que já me referi em que fui seu adjunto na chefia da Secção de Estudos Económicos da Estação Agrária Central.

Foi esta também a época em que me foi dado descobrir gradualmente a sua nobilíssima figura de político militante, e aquela ao longo da qual se teceram os laços de mútua confiança que, entre nós e até à sua morte, nunca afrouxaram. E foi ainda, no seu último ano, aquela em que todos nós, democratas, nos vimos obrigados a suportar os embates duríssimos da guerra de Espanha, tema de tantas e tantas preocupadas conversas em Belém e na Rua da Junqueira.

A Estação Agrária Central funcionava, com efeito, em dependências do Mosteiro dos Jerónimos e Azevedo Gomes residia na Rua da Junqueira. Como fosse seu hábito, terminado o seu dia oficial, durante o qual escrupulosamente se abstinha de comentários políticos, regressar a casa a pé, numerosas foram as tardes em que me convidou a acompanhá-lo até à sua porta. Curtos passeios eram esses, 10 a 15 minutos, mas representaram para mim a primeira oportunidade que se me deparou de tomar conhecimento

directo dos seus modos de ver sobre a coisa pública, das suas tomadas de posição ideológicas.

Já sabia, evidentemente, que o meu antigo professor e actual chefe era um democrata no sentido mais genuíno do termo; não ignorava que pertencia então ao Corpo Directivo da Revista «Seara Nova» e que, indicado pelo grupo «seareiro», ocupara a pasta da Agricultura num governo presidido por Álvaro de Castro, do qual haviam também feito parte António Sérgio, na Instrução Pública, e Ribeiro de Carvalho, na Guerra. Já sabia tudo isto mas a verdade é que nunca trocara impressões com ele sobre matéria política. Apareceu-me então tal como sempre depois o veria até ao seu trágico desaparecimento: adepto de uma democracia *real* baseada na educação do povo, em cujas virtualidades profundamente acreditava (ele cujo temperamento e cujas maneiras tinham muito de aristocrático), e dotada de um acentuado cunho social. Embora não seja lícito dizer que tivesse alguma vez sido um socialista, e muito menos um marxista, tenho como certo que lhe era estranho o conceito de uma democracia que não fosse deliberadamente intervencionista no campo das relações sociais, que não tivesse por escopo introduzir nestas mais justiça, mais equilíbrio económico. De qualquer modo, o ideal que mais o apaixonava, que mais radicado trazia na alma desde a mocidade, que mais o fazia vibrar com sinceridade profunda, era a *liberdade*; por isso mesmo, os atentados dos homens no exercício do poder político e económico que mais fortemente o feriam, contra as quais tudo o que nele havia de autêntico e viril se revoltava, era os que via exercerem-se contra as liberdades públicas, contra os direitos humanos, contra a cidadania. Ao mesmo tempo, porém, como homem dotado de um sentido forte de responsabilidade, capaz portanto de impor a frieza da razão ao calor do sentimento, e como pessoa preparada com uma formação científica para o exercício duma profissão essencialmente técnica, detestava o verbalismo sem conteúdo de tantos republicanos, que não descortinavam tão claramente como ele sempre soube fazer que a República só se justifica e só se *constrói* na medida em que sirva o povo pela promoção humana e por um combate sem tréguas aos privilégios.

Datam da época a que me estou a referir, 1930 a 1936, do ponto de vista da acção política democrática, dois episódios cujas géneses e evolução pude acompanhar: o esboço da criação de uma «Frente Popular», inspirada no modelo então vigente e que parecia promissor na França e na Espanha; e o aparecimento do jornal «Diário Liberal», dirigido por Evaristo de Carvalho e orientado por um Conselho constituído pelos professores universitários Joaquim de Carvalho, Hernâni Cidade e Mário de Azevedo Gomes. Em ambas as iniciativas, embora modesta e até discretamente, tive ensejo de colaborar: auxiliando Azevedo Gomes a redigir o programa agrário de um projecto de manifesto e escrevendo alguns artigos para o efémero periódico democrata.

As responsabilidades muito voluntariamente assumidas por Azevedo Gomes no «Diário Liberal» acarretaram-lhe, por sinal, um incidente desagradável que, por estar com certeza muito esquecido, talvez interesse mencionar. Após uma enérgica campanha do jornal contra a plutocracia, em que sofreram ataques directos e violentos determinado jornal diário e o respectivo Director, os dirigentes do «Diário Liberal», acusados por aqueles de abuso de liberdade de Imprensa (não tenho presentes os termos exactos das acusações), viram-se ameaçados por um processo judicial capaz de pôr em risco a sua liberdade, mas que acabou por não ter seguimento. Tanto bastou para que espontaneamente, e sem aliás terem tomado qualquer partido na contenda, os discípulos dos três eminentes professores visados deliberrassem prestar-lhes uma homenagem pública que se traduziu na publicação, em 1945, do livro «*Homenagem aos professores Azevedo Gomes, Hernâni Cidade e Joaquim de Carvalho* ou, mais completamente e como consta do anteprojeto, «*Homenagem aos professores Azevedo Gomes, Hernâni Cidade e Joaquim de Carvalho, que os alunos da Universidade de Coimbra, da Faculdade de Letras de Lisboa e do Instituto Superior de Agronomia promoveram e editaram.*» Colaboraram neste volume, além de grupos de alunos das três instituições escolares promotoras escrevendo anonimamente, as seguintes individualidades: professores Vitorino Nemésio, Rodrigues Lapa, Vieira de Almeida, Luís Cardim, Mendes Correia, E. A. Lima Basto e Rui Mayer, General Ferreira Martins, doutores João da Silva Correia, Flausino Torres e José Régio, engenheiros Ferreira Martins e Henrique de Barros.

Após a saída do professor Azevedo Gomes do Instituto Superior de Agronomia, com mágoa vivíssima de estudantes, professores e funcionários, os nossos contactos não cessaram, embora se tivessem tornado ocasionais e intermitentes. De tempos a tempos, ora convocado por ele ora de minha iniciativa, visitava-o nas suas casas da Junqueira e da Parede (esta, a bela moradia sobre o Oceano edificada por seu Pai com pedras trazidas da praia), recebia-o na minha casa ou com ele me encontrava nas residências de amigos comuns (António Sérgio, Jaime Cortezão e Manuel Mendes, entre outros). Como amigo muito íntimo que dele me tornara — embora conservando-me sempre, naturalmente, numa posição respeitosa —, passei a ser também um pouco seu confidente, de certo modo depositário das esperanças e das mágoas que as suas intervenções na vida política lhe iam trazendo. Conquanto nunca tivesse participado por uma forma activa e responsável nas organizações políticas que ele dirigiu e orientou (decididamente, não nasci fadado para a acção política!), estive sempre a par das vicissitudes do seu lúcido, tenaz e abnegado combate.

Lúcido, sem dúvida, antes de mais, porque nunca deixou de saber para onde queria ir, e depois porque não alimentou ilusões sobre a capacidade de resistência e contra-ataque dos poderosos adversários da democracia; *lúcido* também, porque jamais pro-

curou iludir as divergências doutrinárias e pessoais entre os homens com quem colaborou ou que se esforçou por dirigir num sentido comum; *lúcido* ainda porque nunca esperou milagres dum eventual êxito das hostes democráticas, antes sempre admitiu a probabilidade de este ser gerador de novos problemas, graves porventura, que se tornaria indeclinável enfrentar.

Tenaz, só poderá negar que o foi quem o não tenha visto no campo da luta, em reuniões privadas e em sessões públicas, fiel às decisões democraticamente tomadas e aos compromissos assumidos, obstinado nos actos, intransigente nos princípios básicos, pronto a refazer-se dos insucessos e logo preparado para renovados combates, sempre a cara descoberta.

Abnegado, por último, porque nenhuma ambição de riqueza, glória ou mando determinou ou inspirou as suas opções e acções, antes sempre o moveu o íntimo convencimento de que os sacrifícios, os perigos e as renúncias que se dispôs a suportar eram um preço digno do seu amor sem limites por Portugal, pela dignidade e a felicidade do seu povo. Que Azevedo Gomes media bem as consequências que teria, para ele e para a família que tanto amava, a demissão de que estava ameaçado e acabou por lhe ser imposta, prova-o o seguinte expressivo trecho da sua resposta às acusações que lhe foram feitas pelo sindicante, trecho que ainda hoje não se consegue ler sem emoção: «Trata-se afinal — há que figurar este aspecto — de *defender caro a vida*, e não se pode levar a mal que isso seja feito com alma quando nos diz a consciência que foi aquela sempre vivida — e ainda neste momento crucial o está sendo — com dignidade, espírito de civismo e proveito social.»⁽³⁾

Tanto como me foi e é dado saber, o primeiro compromisso formal de Azevedo Gomes em matéria política foi a sua adesão à «Seara Nova», verificada em Abril de 1924.

Azevedo Gomes fora sempre republicano, como é uso dizer-se «desde os bancos da escola», já que consta ter ele dado activa participação em Lisboa a movimentos estudantis de solidariedade à significativa greve académica coimbrã de 1907. Seguiu assim as opiniões de seu Pai, o prestigioso comandante Manuel de Azevedo Gomes («grande marinho e patriota, cidadão exemplar», como o classificou o filho na dedicatória da sua última obra «Monografia do Parque da Pena»), que só a morte prematura impediu de pertencer, como estava previsto, ao Governo Provisório da República. Manteve-se, no entanto, alheio a filiações partidárias, em deliberada posição de «reserva da República», liberto de outros deveres políticos que não fossem os de lutar pela democracia à sua maneira.

Tenho razões para dizer que foi a sua grande admiração intelectual por António Sérgio, pelo racionalismo humanista deste pensador, pelo combate que ele sempre sustentou a favor do primado do espírito crítico, da inteligência articulada e articuladora sobre o sentimento intuitivo e difuso, que induziu o professor de agronomia, o cientista com formação essencialmente biológica, o profissional da silvicultu-

tura, a fazer-se «seareiro militante», isto é, a tornar-se membro do Corpo Directivo da revista, alistando-se dest'arte, intrêpidamente, na campanha que esta, desde o seu primeiro número, vinha mantendo em prol daquele movimento renovador do ideário republicano a que, muitos anos depois, num manifesto notável, se viria a chamar a «democratização da República».

Se, como disse e julgo saber, foi Sérgio quem levou Azevedo Gomes a ingressar na exigente grei «seareira», isto não significa que os dois homens se identificassem perfeitamente do ponto de vista das respectivas concepções políticas. Sérgio possuía em si, nobilissimamente aliás, muito do que distingue o utopista: amar o futuro mais do que o presente, preferir as visões sedutoras de um incerto amanhã as duras e tantas vezes decepcionantes realidades do dia que corre. Azevedo Gomes, sendo sem dúvida um idealista, na medida em que obedecia exclusivamente a ditames espirituais, tinha os pés demasiado fincados na terra — melhor ainda, *na terra do seu país* — para não ceder à tentação de apoiar programas que julgava quiméricos. Esta maneira de ser explica, porventura, o facto de nunca ter acompanhado Sérgio na sua concepção de cooperativizar as sociedades humanas através de uma incessante extensão pacífica do «sector cooperativo», em detrimento do «sector capitalista», do «sector pròpriamente privado» e não sei também se do «sector público», a ponto de se tornar possível, *a quem o desejasse*, «viver em socialismo» *no interior do regime capitalista*; reconhecia, disso estou seguro, a nobreza de semelhante ideal, moralmente sedutor como raros, mas tudo o que nele existia de pragmático induzia-o a considerá-lo inatingível. Em Sérgio, de quem foi dedicado amigo pessoal e com quem tantas vezes se solidarizou, estimava acima de tudo o «maitre à penser», o homem que preconizava a lucidez, que ensinava a raciocinar com austero rigor, a fugir ao nebuloso e ao formulado, a resistir aos ardis do sentimento. O que naturalmente havia em Sérgio de «inventor de ideologias», de construtor de sistemas sociais, não era de molde a seduzir Azevedo Gomes para o qual a fidelidade aos princípios tradicionais da democracia política a que aderira na sua juventude, completada por uma posição favorável à planeada intervenção de um poder político de raiz popular na actividade económica, bastava para justificar perante si próprio as opções cívicas e imprimir coerência aos actos e palavras.

Voltemos, porém, às ligações de Azevedo Gomes com a «Seara Nova». Segundo informações amavelmente prestadas por David Ferreira, o incansável e competente historiador da República Democrática, a «Seara Nova», convidada por Álvaro de Castro e através de Jaime Cortezão, a fazer-se representar num Governo por aquele presidido, indicou os nomes de Jaime Cortezão (para a Instrução), Ribeiro de Carvalho (para a Guerra) e António Sérgio (para a Agricultura); mostrando-se porém Cortezão relutante em ser Ministro e Sérgio pouco interessado na pasta da Agricultura, acabou por ser resolvido que este substituisse aquele na Instrução e que fosse pro-

posto o nome do então obscuro professor de agronomia Mário de Azevedo Gomes para a Agricultura. Sérgio, a quem se ficou a dever tal indicação, era no momento o único seareiro importante e já conhecer pessoalmente Azevedo Gomes e a apreciar as suas qualidades de civismo, estudo, inteligência, clareza mental e competência; convidado Azevedo Gomes a expor as suas ideias perante o grupo «seareiro», aquela admiração passou a ser por todo ele compartilhada.

Foi assim que, de 26 de Dezembro de 1923 a 28 de Fevereiro de 1924, o professor de agronomia e dedicado servidor dos interesses da agricultura nacional ocupou o cargo de Ministro da Agricultura e fê-lo certamente tão a contento daqueles que o propuzeram que, um mês após a demissão do ministério Álvaro de Castro, o nome de Mário de Azevedo Gomes surge pela primeira vês no Corpo Directivo de «Seara Nova», no qual vai manter-se até 1940.

Da sua actuação à testa do Ministério da Agricultura prestou Azevedo Gomes espontaneamente contas ao País, mediante uma série de seis artigos publicados na «Seara Nova» (n.ºs 35 a 39 e 41) e mais tarde reunidos num volume de 75 páginas intitulado «Dois meses no Ministério da Agricultura». Empenhado como então se viu obrigado a estar em estudar soluções para variados problemas instantes, o jovem Ministro não teve muitas oportunidades para se dedicar à reorganização das actividades produtivas agro-pecuárias e florestais do país que — tudo o que leva a crer — estaria no seu programa, embora sem pretensões de provocar transformações radicais, socializantes, na nossa já então e hoje porventura ainda mais defeituosa estrutura agrária. Preocupou-se, entretanto, a par e passo que ia estudando e tomando as tais medidas de emergência, com algumas questões de fundo, tais como: hidráulica agrícola, crédito agrícola, investigação científica agronómica, introdução da cultura da beterraba açucareira e da correlativa indústria e, com especial interesse, embora sem ter podido tomar quaisquer medidas, o revestimento florestal. A este respeito deixou escrito que, tendo o nosso território características acentuadamente florestais, «em largas zonas só as matas são susceptíveis de dar e garantir riqueza; verdade técnica de há muito adquirida e demonstrada pelo honesto esforço dos silvicultores portugueses mas a qual demanda, em matéria de oportunidade e de boa economia, uma amplitude de acção muito superior àquela que vai tendo».

Afigura-se-me que ajudar! a uma compreensão certa da figura cívica de Azevedo Gomes o conhecimento do trecho do livro acabado de citar em que o autor se propôs justificar a sua decisão de vir a público relatar a sua actividade ministerial: «Julgo devê-la esta singela exposição de factos e argumentos a todos aqueles que em mim confiaram quando me decidi a participar no Governo, aos que no acto da minha posse e em dias subsequentes quiseram dar-me provas inequívocas de solidariedade, e àqueles que até mim trouxeram, com a sua colaboração valiosa, a maior força de que dispuz em toda a conjuntura.»

«Julgo devê-la ainda esta exposição a mim próprio, feita à maneira de exame de consciência tornado público, pois que tenho em tal conta a missão de governar, pelo alto significado e as pesadas responsabilidades que lhe pertencem, que logo entendo como dever daquele que tal missão exerceu, por muito custo embora que tenha sido o período em que o fez, dar um balanço rigoroso ao seu procedimento, em termos de pôr bem a nu a forma por que se acordaram, em consequência, os seus actos com as suas intenções.» (4)

A presença de Azevedo Gomes no Governo deu origem a um incidente curioso, certamente mais do que esquecido e que por isso julgo merecer breve relato. Foi o caso que, em sessão promovida pela Cruzada Nun'Álvares, um dos oradores, o professor Martinho Nobre de Melo, proclamando ter aquele efémero Ministro revelado capacidade para realizar obra útil mas afirmando haverem sido os seus esforços tornados inúteis pelo regime então em vigor, advogou com entusiasmo a urgente substituição deste por um outro *não democrático*. Singelamente, Azevedo Gomes, em curto mas vigoroso artigo na «Seara Nova» (n.º 75, Fevereiro de 1926), «Varrendo a Testada», veio a público dizer que, grato embora às referências amáveis à sua pessoa, impugnava a solução preconizada pelos oradores da sessão, concluindo assim o seu texto: «Eu compreenderia (...) que a Cruzada Nun'Álvares a que V. Ex.^a pertence se lançasse com vigor, no preciso momento em que da revisão constitucional vai tratar-se, na propaganda de ideias reformadoras *constitucionais* para os actuais processos governativos. Mas já assim não compreendo propagandas feitas com aspecto revolucionário — designemos as coisas pelos seus nomes — caindo fora do âmbito da constituição política do país. Faz esta divergência de critérios — se é que ela existe — com que eu não possa logicamente acompanhar V. Ex.^a neste campo... mau grado a apresentação lisonjeira — traço de solidariedade útil — que ao seu público se dignou fazer de mim naquela sessão de propaganda... indesejável!»

Azevedo Gomes manteve-se no Corpo Directivo da «Seara Nova» até que, em 1939, por solidariedade com António Sérgio então em desacordo com Luís da Câmara Reis relativamente a problemas administrativos, anunciou a sua retirada; não obstante, somente a partir de 13 de Abril de 1940 é que o seu nome deixa de figurar no cabeçalho da Revista. Continua, todavia, a dar a sua colaboração, aliás intermitentemente, até que, em 1958, deixa por completo de o fazer.

A sua colaboração, intermitente como já disse, foi sempre mais ou menos ditada pelo desejo de apreciar e comentar circunstâncias de momento e pessoas em foco. Foram na quantidade seguinte os artigos publicados: sete em 1924 (dos quais seis, sob o título geral, «No Governo», foram reunidos no volume acima referido); cinco em 1925; nove em 1926, entre eles o já citado «Varrendo a Testada» que, publicado a curta distância do 28 de Maio, se pode considerar profético); sete em 1927; dois em 1929; dois

em 1933; três em 1934; um em 1935; um em 1937 e um em 1938. Em 1950, retoma a sua interrompida colaboração publicando dois artigos, a que se seguem mais dois em 1951, três em 1952, três em 1953, um em 1954, um em 1955 e três em 1956. Em 1958, uma vez mais solidário com António Sérgio, cessa definitivamente a sua colaboração na Revista.

Os temas dominantes, senão até exclusivos, dos textos dados a público nas colunas de «Seara Nova» foram os seguintes quatro: 1) Política; 2) Agricultura Portuguesa e Serviços Oficiais Agrícolas e Florestais; 3) Educação, em especial a universitária; 4) Evocação de figuras de personalidades estimadas ou admiradas.

Entre os do primeiro grupo, poderei citar: dois estudos sobre o tema «Competência e Governação» (n.ºs 52 e 54); um outro intitulado «Política Interna» (n.º 71); «Como se fazem Altos Comissários» (n.º 81); «A Revisão Constitucional» (n.ºs 337, 356 e 373); «Perante a União Nacional» (n.ºs 327 e 334); «A propósito de Eleições» (n.º 1270).

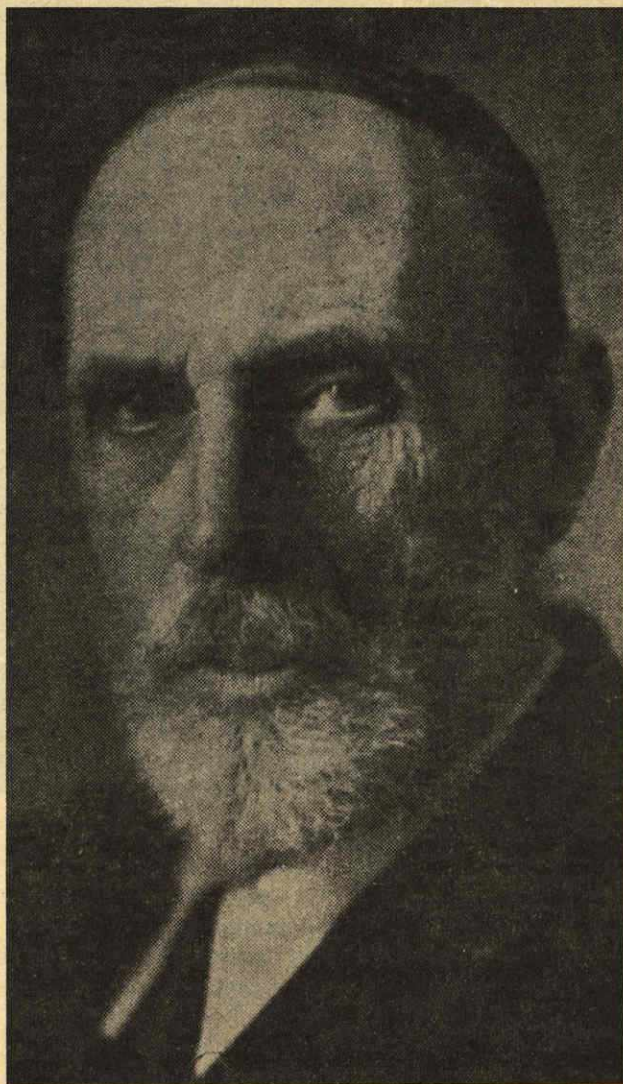
Do segundo grupo, recordarei, além da já referida série de seis artigos publicados sob o título geral «No Governo», os seguintes: «O Ministério da Agricultura e o Orçamento» (n.º 91), «O Trabalho da Terra» (n.º 500), «Planeamento Económico-Social» (n.º 1311); «O Comércio dos Resinosos em Portugal» n.ºs 385 a 387).

Incluídos no terceiro grupo, talvez mereçam destaque os três seguintes: «À margem da greve académica» (n.º 73); «A função essencial do ensino superior» (n.º 144); «A educação Universitária e os valores espirituais» (n.º ???).

No quarto grupo, finalmente, entre as evocações sempre sugestivas e certas de homens à data vivos, destacarei os seguintes estudos: «Uma figura simbólica», sobre António Luís Gomes (n.º 1252); «Um homem bom», sobre Emilio Costa (n.º 1276); «Um companheiro», sobre Jaime Cortezão (n.º 1266); «Norton e as campanhas do civismo» n.º 1306).

A reunião num volume dos escritos de Azevedo Gomes na «Seara Nova», se não serviria para o configurar como um construtor de sistemas sociais ou um renovador de ideologias políticas, pelas razões já alegadas, colocaria seguramente em plena luz o cidadão clarividente, intrépido, generoso, inconformista, respeitador do passado mas aberto ao futuro, que ele sempre quiz ser e plenamente conseguiu ser. Comprovaria tal colectânea, numa palavra, ter ele sido, na sua longa e trabalhosa vida, aquilo mesmo que um dia, inspiradamente, afirmou ser a característica da oposição portuguesa: «provadamente indomada e indomável.»

Outra relevante actividade política de Azevedo Gomes — certamente aquela em que mais a fundo se empenhou, que lhe valeu a admiração, o respeito e o reconhecimento dos democratas portugueses e popularizou a sua figura — foi a adesão que deu ao «Movimento de Unidade Democrática» (MUD). Azevedo Gomes não foi um dos iniciadores do MUD, um dos fundadores desta improvisada organização que se propôs canalizar o impulso reivindicador da



Azevedo Gomes

opinião democrática no após-guerra; o seu nome não aparece, com efeito, entre o dos autores do documento apresentado na sessão da Rua do Benfornoso e que não tardou a ser subscrito por milhares de pessoas, numa verdadeira «explosão cívica». Não obstante, é do meu conhecimento que, desde a primeira hora, viveu intensamente os problemas levantados pela honesta tentativa do MUD de intervenção *legal* na vida do País, e logo se dispôs a colaborar dadivosamente no combate que se aproximava.

Todavia, se não estou em erro, a sua primeira posição de responsabilidade no Movimento — eminente responsabilidade por sinal — data de Junho de 1945, ao ser escolhido para Presidente da Comissão Central após a remodelação desta. No exercício destas novas funções, garantem todos os que então o acompanharam, confirmou os seus dotes de orientador e coordenador, a sua aptidão para deduzir e exprimir um pensamento comum, elevando-se o mais naturalmente possível ao nível do mais prestigioso e acatado intérprete do sentimento democrático do País. Entre os textos que, nessa qualidade, preparou e que foram muitos e de índole diversa —, quero agora destacar o discurso proferido a 30 de Novembro de 1946 em sessão realizada no salão de «A Voz do Operário». Oração vibrante, entusiasta, combativa, mas nem por isso desprovida da limpidez intelectual que lhe era própria, dela citarei apenas a passagem em que defende a tese da continuidade do ideal democrático após a rude provação da guerra mundial: «Não nos parece (...) que, nem da intensa propaganda ideológica que precedeu o termo da guerra, nem das conferências diplomáticas, nem dos acordos solenes que selaram os preparativos da paz, resultassem ideias alimentadoras de novas estruturas políticas, duma nova orgânica democrática negando por obsoleta a orgânica antiga. O que se fez foi proclamar os direitos à sobrevivência e à geral implantação de uma *ordem democrática*, o que se fez sobretudo (...) foi afirmar, com a força espiritual duma convicção profunda, *os direitos universais à vida sã, livre da fome e do medo, da falta de trabalho e assistência, vivida essa vida no uso pleno de todas as liberdades, entre as quais brilhará sempre a da expressão libérrima do pensamento!* Isto que se gravou em todos os acordos internacionais, para que ficasse sendo a *lei do mundo*, isto, sim, que foi a bela floração ideológica desta guerra, legado dos melhores espíritos, produto das mais dolorosas experiências, isto, que passou a constituir, só por si, o *credo sagrado das multidões que sofreram!*»⁽⁵⁾

Candura, dirão muitos, fundamentado o seu ceticismo nas inúmeras manifestações de infidelidade dos países democráticos aos ideais por que afirmavam combater durante a guerra e, em especial, à obrigação por eles tão enfaticamente assumida de instaurarem uma ordem mundial democrática. Candura, certamente, na medida em que se interpretem as palavras do tribuno como revelando uma confiança nos governos dos países vitoriosos que os factos não vieram justificar, mas de modo algum na medida em que lhes for atribuída a intenção de

proclamar bem alto o direito a uma vida democrática adquirido pelas «*multidões que sofreram*».

*

A forma como Azevedo Gomes, sem olhar a sacrifícios e perigos, chegando ao ponto de suportar estoicamente a prisão, participou nos trabalhos do MUD e a popularidade alcançada pela sua figura austera, *alheia a toda a demagogia*, conferiram-lhe tão alto prestígio nos meios da Oposição Democrática que nunca mais o seu nome deixou de figurar entre os dirigentes desta nas sucessivas modalidades que, *indomada e indomável*, ela foi tomando, ao sabor das necessidades e possibilidades das diversas ocasiões.

Foi assim que a intervenção do já então velho lutador nas campanhas eleitorais para a Presidência da República, em apoio dos candidatos Norton de Matos, Quintão Meireles e Humberto Delgado, correspondeu sempre a uma tomada séria de responsabilidades, ajustou-se invariavelmente a um elevado padrão de civismo, dignidade e intrepidez. O mesmo se pode dizer das campanhas para deputados às quais, sem nunca ter querido ser candidato, não regateou auxílio e participação.

Não seria agora possível fazer a história desses períodos agitados de esperanças e frustrações, nem aliás para tal sou eu a pessoa mais credenciada, competente e informada.

*

Ciente de que me não foi dado fazê-lo tão impressivamente como desejaria, vou terminar este perfil de uma grande figura de patriota e cidadão. E vou fazê-lo com a transcrição de um trecho de sua autoria que tem o valor de um autorretrato, tão expressivo e fiel como alguns pintados por grandes artistas: «Pois que está na moda a *autocrítica introdutória*, julgo poder abonar-me com alguns requisitos: trato só daquilo que conheço; sou sincero e desapaixonado; não parto da convicção de que usufruo para sempre o respeito geral e parto antes do imperativo de consciência de que preciso, a todo o instante, proceder de modo a conquistá-lo. E, finalmente, creio possuir este requisito (que está a ser um tanto raro): *não ter medo.*»⁽⁶⁾

Lisboa, Julho de 1971.

(*) Já que as estes acontecimentos julguei dever referir-me, dolorosos mas não desonrosos, considero de meu dever assinalar também que acabámos por regressar às nossas cátedras: Azevedo Gomes em 1951 e eu em 1957, não o tendo feito Branquinho de Oliveira apenas por ter preferido manter-se no su lugar de Investigador da Estação Agronómica Nacional, onde tão fundo e tão justo prestígio alcançou e conserva.

(1) Mário de Azevedo Gomes — *A obra do Instituto Superior de Agronomia nos últimos vinte e cinco anos*. Anais do I. S. A. vol. XIV.

(2) António M. de Azevedo Gomes — *Evocação de um professor através dos seus escritos*. Edição do Autor, Lisboa, 1968.

(3) Mário de Azevedo Gomes e Bento de Jesus Caraça — *Dois Defesas*. Edição dos Autores, Lisboa, 1946.

(4) Mário de Azevedo Gomes — *Dois meses no Ministério da Agricultura*. «Seara Nova», Lisboa, 1924.

(5) *A Sessão de 30 de Novembro de 1946*. Edição da Comissão Central do M. U. D., Lisboa, 1946.

(6) «*Diário de Lisboa*» de 20 de Janeiro de 1949. (Entrevista com o professor Mário de Azevedo Gomes).